



CASCAIS

PRÓXIMA

Gestão da Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias

CONCURSO PÚBLICO

SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

*“EMPREITADA DE MOVIMENTAÇÕES DE TERRAS, REPARAÇÃO DE BASES DE PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS E DRENAGEM
DE ÁGUAS PLUVIAIS”*

PROCESSO N.º CP003624

PROGRAMA DO CONCURSO

CASCAIS, FEVEREIRO 2025

ÍNDICE

Capítulo I Disposições Gerais.....	3
Artigo 1.º Objeto Do Concurso.....	3
Artigo 2.º Entidade Adjudicante.....	4
Artigo 3.º Fundamento Da Escolha Do Procedimento.....	4
Artigo 4.º Órgão Que Tomou A Decisão De Contratar.....	4
Artigo 5.º Disponibilização E Acesso Ao Procedimento.....	5
Artigo 6.º Júri Do Procedimento.....	5
Artigo 7.º Esclarecimentos, Erros E Omissões Das Peças Procedimentais.....	6
Artigo 8.º Concorrentes.....	7
Artigo 9.º Impedimentos.....	9
Artigo 10.º Classificação De Documentos Da Proposta.....	9
Artigo 11.º Retirada Das Propostas.....	9
Capítulo II Da Proposta.....	10
Artigo 12.º Prazo E Modo De Apresentação Das Propostas.....	10
Artigo 13.º Documentos Que Constituem A Proposta.....	11
Artigo 14.º Idioma Dos Documentos Da Proposta.....	13
Artigo 15.º Propostas Variantes.....	13
Artigo 16.º Retirada Das Propostas.....	13
Artigo 17.º Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas.....	13
Artigo 18.º Negociação.....	14
Artigo 19.º Leilão Eletrónico.....	14
Artigo 20.º Exclusão Das Propostas.....	14
Capítulo III Da Análise E Avaliação Das Propostas, Relatórios E Audiência Prévia.....	15
Artigo 21.º Critério De Adjudicação E De Desempate.....	15
Capítulo IV Da Análise Das Propostas, Relatórios E Audiência Prévia.....	16
Artigo 22.º Esclarecimentos E Suprimento De Propostas.....	16
Artigo 23.º Relatório Preliminar.....	17
Artigo 24.º Audiência Prévia.....	17
Artigo 25.º Relatório Final.....	18
Artigo 26.º Da Dispensa Dos Relatórios Preliminar e Final de Análise de Propostas.....	18
Capítulo V Da Adjudicação, Habilitação, Documentos Complementares, Caução E Contrato.....	18
Artigo 27.º Notificação da Decisão de Adjudicação, apresentação dos documentos de Habilitação e Outros.....	18
Artigo 28.º Documentos De Habilitação.....	20
Artigo 29.º Não Apresentação Dos Documentos De Habilitação.....	22
Artigo 30.º Falsidade De Documentos E De Declarações.....	23
Artigo 31.º Caução.....	23
Capítulo VI Da Minuta E Outorga Do Contrato.....	23
Artigo 32.º Notificação E Aceitação Da Minuta Do Contrato.....	23
Artigo 33.º Reclamações Da Minuta Do Contrato.....	23
Artigo 34.º Celebração do Contrato.....	24
Capítulo VII Disposições Finais.....	24
Artigo 35.º Causas de Não Adjudicação.....	24
Artigo 36.º Caducidade da Adjudicação.....	25
Artigo 37.º Anulação do Procedimento.....	26
Artigo 38.º Despesas e Encargos.....	26
Artigo 39.º Contagem dos Prazos Na Fase De Formação Dos Contratos.....	26
Artigo 40.º Gestor do Contrato.....	27
Artigo 41.º Dever de Colaboração.....	27
Artigo 42.º Sigilo.....	27
Artigo 43.º Proteção De Dados Pessoais.....	28
Artigo 44.º Reserva De Não Adjudicação.....	28
Artigo 45.º Legislação Aplicável.....	29

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O objeto deste concurso público é a contratualização da ***empreitada de movimentações de terras, reparação de bases de pavimentos rodoviários e drenagem de águas pluviais***, a que correspondem os seguintes lotes:
Lote 1: União de Freguesias de Carcavelos e Parede
Lote 2: União de Freguesias de Cascais/Estoril
Lote 3: Freguesia de São Domingos de Rana
Lote 4: Freguesia de Alcabideche
2. As empreitadas têm por objeto a realização dos trabalhos indicados na lista de trabalhos fornecida pela entidade adjudicante, de acordo com as cláusulas deste caderno de encargos.
3. A descrição pormenorizada dos trabalhos, nomeadamente quanto à sua espécie e condições técnicas de execução, será efetuada na memória descritiva e projeto de execução que fazem parte integrante do caderno de encargos.
4. A execução das referidas empreitadas compreendem o fornecimento da mão-de-obra adequada, materiais, máquinas e todos os equipamentos necessários à realização das respetivas intervenções.
5. Os concorrentes poderão apresentar proposta para um lote, para vários lotes ou para todos os lotes que constituem o objeto deste concurso, devendo os concorrentes fazer menção expressa a qual dos Lotes diz respeito cada uma das propostas, podendo apenas ser adjudicado, a cada concorrente, o máximo de dois lotes, incluindo-se nesta limitação entidades especialmente relacionadas, considerando-se como tais, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.
6. Na situação em que um concorrente obtenha a pontuação global mais alta em mais do que dois lotes, ser-lhe-ão adjudicados os lotes em que exista maior diferença de Pontuação Global para o concorrente que ficou em segundo lugar nesses mesmos lotes.
7. No caso de, na situação prevista no número anterior, um concorrente tiver, em mais do que dois lotes, propostas com a mesma diferença de pontuação global relativamente às propostas classificadas em segundo lugar, recorrer-se-á a sorteio, sendo adjudicado ao concorrente que se

ache naquela situação, o Lote que seja sorteado em primeiro lugar e, se for o caso, o lote que seja sorteado em segundo lugar, não podendo cada concorrente ter mais de dois lotes adjudicados.

8. É obrigatória a apresentação de proposta para todos os artigos que compõem cada um dos lotes, sob pena de exclusão, por lote incompleto.
9. A entidade adjudicante reserva-se o direito de não contratualizar as obras previstas no número dois ou de apenas contratualizar parte delas, se o interesse da mesma assim o determinar, não podendo ser exigido à entidade adjudicante qualquer tipo de indemnização, seja a que título for.
10. A dimensão mínima de cada intervenção será de 50,0 m³ de escavação em plataforma, ou trabalhos equivalentes.
11. O adjudicatário deverá assegurar pelo menos 2 (duas) frentes de trabalho em cada lote que lhe seja adjudicado, em caso de necessidade.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Cascais Próxima - Gestão de Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, E.M., S.A., pessoa coletiva 504 853 635, com sede no Complexo Multiserviços da Câmara Municipal de Cascais Estrada de Manique, n.º 1830 Alcoitão, 2645-550 Alcabideche, telefone n.º (+351) 214647760 e com o endereço de correio eletrónico geral@cascaisproxima.pt.

Artigo 3.º

Fundamento da escolha do procedimento

O presente procedimento segue a forma de concurso público, sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, e foi adotado ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º, cuja escolha foi feita em função do valor do contrato, nos termos do preceituado no artigo 18.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 4.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Cascais Próxima, E.M.- S.A., em 06 de fevereiro de 2025, no uso das competências próprias, o qual tomou a decisão de escolha do presente procedimento a correspondente autorização da despesa, de aprovação das peças procedimentais e nomeação do júri.

Artigo 5.º

Disponibilização e acesso ao procedimento

1. As peças do concurso são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Cascais Próxima, E.M., S.A. (*AcinGov*), acessível através do sítio eletrónico <https://www.acin.pt>, desde o dia da publicitação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas para consulta dos interessados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 133.º e n.º 2 do artigo 130.º, ambos do CCP.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite aos interessados efetuar a consulta e descarregar as peças do procedimento. O interessado necessita de possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada, aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.
3. Para informações sobre o acesso e utilização da plataforma, os interessados deverão aceder ao endereço <https://www.acin.pt> ou recorrer ao número de telefone 707 451 451, ou ainda através do endereço de correio eletrónico apoio@acingov.pt.
4. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o Júri do concurso e os interessados, serão efetuadas através da plataforma eletrónica enunciada no número 1 deste artigo.

Artigo 6.º

Júri do procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto em número ímpar, por um mínimo de 3 (três) membros efetivos, um dos quais presidirá e 2 (dois) suplentes, que inicia as suas funções no dia útil subsequente à data do envio para publicação do Anúncio do concurso em Diário da República.
2. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.
3. O júri do procedimento pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

Artigo 7.º

Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do concurso, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela Cascais Próxima, E.M. - S.A. em <http://www.acingov.pt>
2. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem ainda apresentar, através da plataforma eletrónica utilizada pela Cascais Próxima, E.M. - S.A. em <http://www.acingov.pt>, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b. Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
 - d. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores, se for o caso.
3. Excetua-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
4. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores acarreta as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do CCP.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a. O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela Cascais Próxima, E.M. - S.A. em <http://www.acingov.pt>;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela Cascais Próxima, E.M.- S.A. em <http://www.acingov.pt>, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido no número anterior, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do CCP.
7. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
8. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita todos os interessados.
9. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela Cascais Próxima, E.M. - S.A em <http://www.acingov.pt> e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.
10. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
11. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente o aviso daquelas decisões no Diário da República e aproveitam a todos os interessados.

Artigo 8.º

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no concurso de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Os concorrentes devem de ser titulares de alvará de empreiteiro de obras públicas ou título de registo emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC), de acordo com o Lei n.º 41/2015 de 3 de junho, contendo as habilitações necessárias à execução das obras.

3. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo concurso, nos termos do artigo 53.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
6. As empresas que se apresentem a concurso em conjunto instruirão a sua proposta com um acordo-promessa de se constituírem, em caso de adjudicação, em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, com sede em Portugal.
7. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
8. Qualquer alteração na composição da associação de empresas terá que ser autorizada pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do concurso, mediante solicitação escrita, assinada por todas as empresas constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
9. Se algum, ou alguns, dos elementos da associação deixar de fazer parte dela, a sua quota de responsabilidade transitará na íntegra para os restantes elementos, sem prejuízo de a entidade adjudicante, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
10. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, que será o único interlocutor com a entidade adjudicante, devendo-lhe ser conferidos, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14.º, n.º 1, alíneas a), b) c), d) e) do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
11. A insolvência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas constituintes da associação acarreta a imediata exclusão da associação do concurso, seja qual for a fase em que este se encontre, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas constituintes da associação relativa aos prejuízos causados à entidade adjudicante, pela exclusão.

Artigo 9.º

Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades (singulares ou coletivas) que se encontrem impedidas pelas situações previstas nos artigos 55.º do CCP, cujos impedimentos podem ser relevados, nas situações expressamente previstas no artigo 55.º-A, ambos do CCP.

Artigo 10.º

Classificação de documentos da proposta

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, podem os interessados requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação de documentos que constituam a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
3. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
4. Se no decurso do concurso deixarem de se verificar os pressupostos que determinam a classificação do documento, é promovida oficiosamente a respetiva desclassificação, que será comunicada a todos os interessados.
5. Quando, por força da classificação dos documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos ou no prazo fixado no artigo 13.º, o órgão competente para a decisão de contratar pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

Artigo 11.º

Inspeções ao local de execução dos trabalhos

Cláusula deixada intencionalmente em branco.

Artigo 12.º

Retirada das Propostas

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do CCP.

CAPÍTULO II

DA PROPOSTA

Artigo 13.º

Prazo e modo de apresentação das propostas

1. As propostas e todos os documentos que as constituem devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov, acessível através do sítio *www.acingov.pt*, até às **23h59m do 15.º** (décimo quinto) **dia** contado da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.
2. O prazo limite para a apresentação das propostas será sempre o que constar na plataforma eletrónica mencionada no artigo 6.º deste programa.
3. A receção das propostas é registada com referência à data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico de receção.
4. **Todos** os documentos que constituem a proposta e devidamente elencados nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º deste programa terão de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, conforme disposto no artigo 54.º¹ e 68.º, n.º 4², da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão da proposta.
5. Para efeitos do disposto no número anterior, caso a submissão de uma proposta num ficheiro em formato PDF assinado digitalmente agrupe vários documentos autónomos, deve cada um deles ser assinados eletronicamente, de forma individualizada³, sob pena de exclusão.
6. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
7. Quando, pela sua natureza, qualquer documento que constitui a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado no rosto do qual se deve indicar a designação do concurso e da entidade adjudicante e deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta e a correspondente receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

¹ Artigo 54.º Assinaturas eletrónicas 1 - Os documentos submetidos na plataforma eletrónica, pelas entidades adjudicantes e pelos operadores económicos, devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos n.ºs 2 a 6.

² Artigo 68.º Carregamento das propostas (...) 4 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, quando o interessado realizar o carregamento, na plataforma eletrónica, de um ficheiro de uma proposta, este deve estar já encriptado e assinado, com recurso a assinatura eletrónica qualificada.

³ Vd. Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 12/2023, de 17 de novembro.

8. A não apresentação de algum dos documentos indicados no artigo 14.º deste programa ou o incumprimento de regras específicas sobre o procedimento determina a exclusão da proposta, salvo o disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 14.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e as condições em que se dispõe a fazê-lo, tendo em atenção o estipulado no caderno de encargos e seus anexos.
2. A proposta é obrigatoriamente constituída pelos seguintes documentos:
 - a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** a este programa do procedimento, a qual constitui parte integrante do mesmo;
 - b. Proposta de preço total, **para cada lote**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa do procedimento, acompanhada da lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, (**Anexo III – A** ao presente programa do procedimento), os quais não podem ser superiores, sob pena de exclusão da respetiva proposta, aos preços base fixado no n.º 2 da cláusula 9.ª do caderno de encargos e aos preços base unitários fixados no **Anexo I** ao caderno de encargos, respetivamente;
 - c. Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra;
 - d. Um Plano de Trabalhos e respetivo cronograma financeiro, incluindo o Plano de Mão-de-obra, o Plano de Equipamento e o Plano de Pagamentos, tal como definido no artigo 361.º do CCP;
 - e. Declaração do concorrente que indique os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo emitidos pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC. I.P.);
 - f. Declaração do concorrente emitida em conformidade com o **Anexo IV** do presente Programa de Procedimento (declaração sobre ambiente, qualidade, higiene e segurança);
 - g. Declaração do concorrente nos termos e para os efeitos do disposto nos nºs 5 e 6 do artigo 198.º-A da Lei nº 23/2007, de 4 de julho, aditado pela Lei nº 29/2012, de 09 de agosto, elaborada em conformidade com o **Anexo V** do presente Programa do Procedimento (declaração relativa a trabalhadores imigrantes);

- h. Declaração em que o concorrente se obriga a cumprir a legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente, o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), elaborada em conformidade com o modelo **Anexo VI** do presente programa de procedimento;
 - i. Declaração de Responsabilidade Social da entidade adjudicante elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo VII** do presente Programa do Procedimento.
 - j. Declaração de compromisso em que o concorrente garanta capacidade de, em simultâneo, assegurar até 2 (duas) equipas, constituídas por, pelo menos, um manobrador e um pedreiro e/ou um servente.
- 3. Integram, também, a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
 - 4. Os concorrentes devem, juntamente com os documentos que constituem a sua proposta, proceder à indicação do código de acesso para consulta eletrónica da Certidão Permanente da Empresa em vigor ou apresentação de cópia da mesma para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontram em efetividade de funções, ou documento equivalente, quando aplicável.
 - 5. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o valor do IVA, sendo que, em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
 - 6. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
 - 7. Todos os documentos que constituem a proposta e devidamente identificados nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar e sempre que seja assinada por procurador, dever-se-á juntar procuração que confira a este último, poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
 - 8. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes, nos termos melhor definidos no artigo 12.º do presente Programa de Procedimento.

9. Os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

Artigo 15.º

Idioma dos documentos da proposta

1. A proposta e os documentos que a constituem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada⁴, que prevalece sobre os respetivos originais.
2. Excluem-se do disposto nos números anteriores a utilização de estrangeirismos importados para a língua portuguesa, bem como a utilização pontual de referências técnicas em língua inglesa que, atento as especificidades técnicas das prestações objeto do contrato, sejam vulgarmente utilizadas no mercado português, desde que, sejam perfeitamente perceptíveis para o júri.
3. Os catálogos de caracterização dos equipamentos (eletromecânicos, elétricos e eletrónicos e materiais aplicar que eventualmente os concorrentes pretendam apresentar, certificados, referências e similares, podem ser apresentadas em língua estrangeira, admitindo-se a língua inglesa, francesa ou castelhana.

Artigo 16.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos, nos termos do artigo 53.º do CCP.

Artigo 17.º

Retirada das Propostas

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do CCP.

Artigo 18.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o júri procederá à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

⁴ Devem ser acompanhados de tradução, a qual pode ser feita por notário português, pelo respetivo consulado, ou ainda, por tradutor idóneo que sob juramento ou compromisso de honra, afirme perante notário ou advogado ser fiel à tradução.

2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 03 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

Artigo 19.º

Negociação

No presente procedimento não há lugar a negociação.

Artigo 20.º

Leilão eletrónico

No presente procedimento, os atributos das respetivas propostas não serão objeto de leilão eletrónico.

Artigo 21.º

Exclusão das propostas

São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a. Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação, em conformidade com o número 1 do artigo 13.º deste programa de procedimento;
- b. Que não sejam instruídas de todos os documentos exigidos no número 2 do artigo 14.º deste programa de procedimento;
- c. Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
- d. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
- e. Que o preço contratual total e/ou preços unitários seria superior ao preço base;
- f. Que o contrato a celebrar implicaria uma violação de quaisquer vinculações legais ou regularmente aplicáveis;
- g. A existência de indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- h. Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º

do CCP;

- i. Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
- j. Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
- k. Que sejam apresentadas como propostas variantes;
- l. Que violem quaisquer das demais disposições previstas no CCP.

CAPÍTULO III

DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, RELATÓRIOS E AUDIÊNCIA PRÉVIA

Artigo 22.º

Critério de adjudicação e de desempate

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da “proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante”, recaindo sobre aquela que vier a obter a pontuação global mais elevada, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na modalidade monofator. A Pontuação Global (PG) será calculada pela fórmula a seguir apresentada PG_x é dado pela expressão:

$$PG_x = \sum \frac{PB_i - PP_{xi}}{PB_i} \times \alpha_i$$

Onde,

PG_x representa a Pontuação Global do concorrente x;

PB_i representa o preço base unitário do artigo i;

PP_{xi} representa o preço proposto pelo concorrente x para o artigo i;

α_i representa o fator de ponderação do artigo i;

O fator de ponderação de cada artigo (α_i) é o indicado nas tabelas incluídas no Anexo III-A do presente documento.

A mesma varia entre 0 e 10 e será calculada com 7 casas decimais em todos os cálculos intermédios e finais.

A adjudicação, será efetuada ao Concorrente cuja proposta obtiver a classificação final global mais elevada, calculada através do somatório das classificações obtidas em cada um dos fatores.

2. Em caso de igualdade de pontuações, o desempate será efetuado pela ordem crescente do preço da proposta para o capítulo de demolições e movimentação de terras. Ao menor preço para este capítulo, será atribuído o primeiro lugar.
3. Mantendo-se o empate, os concorrentes empatados são ordenados desta forma para o capítulo de bases de pavimentos, de seguida capítulo de drenagem pluvial e por último capítulo de

trabalhos preparatórios, até se conseguir o desempate.

4. Se, aplicados os critérios de desempate estipulados no número anterior, a situação de empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, sendo ordenada em primeiro lugar a proposta sorteada em primeiro lugar e assim sucessivamente:
 - a. As propostas empatadas serão numeradas de 1 a "x", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de submissão de cada uma delas, conforme o respetivo registo na plataforma.
 - b. Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4 (quatro) de forma que não fique visível o número inscrito em cada folha.
 - c. Os papéis dobrados serão todos introduzidos em recipiente opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
 - d. Os papéis serão retirados um a um, sendo ordenada em primeiro lugar a proposta cujo papel tenha sido retirado em primeiro e assim sucessivamente, até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no recipiente.
 - e. Os trabalhos referidos nos números anteriores são efetuados pelos membros do júri, cabendo ao presidente do júri a sua condução e orientação.
 - f. Ao sorteio e às operações acima descritas podem assistir os concorrentes que sejam submetidos ao desempate ou os seus representantes devidamente credenciados e mandatados, com os necessários poderes de representação, e bem assim outros colaboradores da entidade adjudicante, igualmente mandatados para o efeito.
 - g. Do processo de sorteio será lavrada ata que será assinada por todos os presentes, que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.
 - h. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

CAPÍTULO IV

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIOS E AUDIÊNCIA PRÉVIA

Artigo 23.º

Esclarecimentos e suprimento de propostas

1. Sempre que o júri do procedimento tenha quaisquer dúvidas, designadamente, sobre aspetos das propostas que sejam considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas, poderá exigir dos concorrentes, bem como solicitar a outras entidades, todos os

documentos e elementos de informação, inclusive de natureza contabilística, necessários para o esclarecimento dessas dúvidas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.
6. O não cumprimento dentro do prazo concedido para o efeito dos pedidos solicitados pelo júri e mencionados nos n.ºs 1 e 3 ou a não apresentação de justificação antes dele expirado, poderá implicar que a posição que o concorrente tomou, seja interpretada como desistência do procedimento, com todas as consequências daí decorrentes.

Artigo 24.º

Relatório preliminar

Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe ordenação das mesmas, bem como, a exclusão das propostas cuja análise revele alguma ou algumas das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 25.º

Audiência prévia

O relatório preliminar referido no artigo anterior é notificado a todos os concorrentes, por meio da plataforma eletrónica, concedendo-lhes o prazo de 05 (cinco) dias para que, querendo, se pronunciem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, de acordo com o previsto no artigo

147.º do CCP.

Artigo 26.º

Relatório final

1. Exercido o direito de audiência prévia referido no artigo anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual ponderam as observações dos concorrentes efetuadas pelos concorrentes ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de consulta prévia, são enviados ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 27.º

Da dispensa dos relatórios preliminar e final de análise de propostas

1. Quando apenas tenha sido submetida uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir os esclarecimentos que possam vir a ser necessários sobre a mesma, e submeter o projeto de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. No caso previsto pelo ponto anterior, não há lugar a fase de audiência prévia, nem à elaboração do Relatório Preliminar ou Final de Análise de Propostas, podendo o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

CAPÍTULO V

DA ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO, DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, CAUÇÃO E CONTRATO

Artigo 28.º

Notificação da decisão de adjudicação, para apresentação dos documentos de habilitação e outros

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise e avaliação das propostas.
2. Juntamente com a notificação da adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário

para, no prazo de 10 (dez) dias apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 29.º do presente programa de procedimento

3. Juntamente com a notificação da adjudicação, a entidade adjudicante notifica igualmente, o adjudicatário para no prazo de 10 (dez) dias:
 - a. Pronunciar-se sobre a minuta do contrato, nos termos do estabelecido no artigo 32.º do presente programa de procedimento;
 - b. Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 81.º do CCP;
 - c. Declaração do empreiteiro indicando o nome do diretor de obra e a sua qualificação técnica;
 - d. Declaração do técnico designado, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra;
 - e. Declaração da Ordem dos Engenheiros de autorização da direção da obra identificada;
 - f. Quando aplicável, o desenvolvimento do plano de segurança e saúde para a obra de molde que a notificação da sua aprovação possa ser feita na data e com a outorga do contrato de empreitada;
 - g. Quando aplicável, as Fichas de Procedimentos de Segurança (de acordo com o art.º 14 do DL 273/2003 de 29/10);
 - h. Apólice de seguro de acidentes de trabalho, o qual deverá abranger todo o pessoal por si contratado, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio;
 - i. Comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra abrangido por seguro de acidentes de trabalho;
 - j. Apólice de seguro de responsabilidade civil automóvel, que deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio.
4. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos nas alíneas a) do n.º 1 devem ser apresentados por cada um dos seus membros.
5. O prazo referido no n.º 2 do presente artigo poderá ser prorrogado, pelo órgão competente para a decisão de contratar, até ao máximo de 15 (quinze) dias úteis, podendo esta decisão ser tomada pelo Júri do Concurso, por delegação daquele órgão a efetuar na decisão de contratar.

Artigo 29.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração de habilitação a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP elaborada conforme o modelo constante do **Anexo II** deste programa de procedimento;
 - b. Documentos exigidos nos termos das alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do CCP:
 - i. Documento comprovativo de que tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - ii. Documento comprovativo de que tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP (Certificado de Registo Criminal da Empresa e de todos os titulares do órgão social de administração, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções);
 - iv. Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP;
 - c. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade referida no artigo 19.º e os documentos indicados no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro de 2017;
 - d. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos nas alíneas a) e b) devem ser apresentados por todos os seus membros;
 - e. Documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando

aplicável;

- f. Documento (cópia) comprovativo da titularidade de alvará de empreiteiro de obras públicas que contenha a **2.ª subcategoria da 5.ª categoria na classe correspondente ao valor** global da proposta adjudicada em cada um dos lotes, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.) ou, na sua ausência, uma declaração emitida por aquele organismo, comprovativa de que os pode executar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um Alvará ou de um título de registo contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar;
2. O adjudicatário nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio que não seja titular do alvará ou do título de registo referidos na alínea e) do número anterior deve apresentar, em substituição desse documento uma declaração, emitida pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., comprovativa de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um título de registo contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.
3. Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, se pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário, fazê-los acompanhar de tradução, devidamente legalizada.
4. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação referidos no presente artigo, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante (acinGov), ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, enviando-os através de correio eletrónico para o endereço dcp@cascaisproxima.pt, ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
5. O prazo fixado no n.º 1 do presente artigo para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
6. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
7. A entidade adjudicante pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada

nos termos do n.º 3 do presente artigo, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes.

8. A apresentação dos documentos de habilitação referidos no ponto b) do n.º 1 do presente artigo, pode ser substituída por indicação do endereço *internet* onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta nos casos previstos no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro e desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
9. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

Artigo 30.º

Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a. No prazo fixado no presente programa de procedimento;
 - b. Não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
 - c. Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso, pela sua natureza ou origem, estarem redigidos numa outra língua.
2. Quando as situações previstas no n.º 1 do presente artigo, se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar conceder-lhe-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação e/ou para a supressão das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, sob pena de caducidade da adjudicação.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
4. A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado para o efeito constitui contraordenação muito grave, punível com coima, de acordo com o artigo 456.º do CCP, devendo a entidade adjudicante comunicar a caducidade de adjudicação ao Instituto de Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção I.P., nos termos do nº 3 do artigo 461º do CCP.

Artigo 31.º

Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 87.º do CCP.

Artigo 32.º

Caução

1. É dispensada a prestação de caução pelo(s) adjudicatário(s) ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, para cada um dos lotes.
2. Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a entidade adjudicante reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 5% (cinco por cento) do valor dos pagamentos a efetuar.

CAPÍTULO VI

DA MINUTA E OUTORGA DO CONTRATO

Artigo 33.º

Notificação e aceitação da minuta do contrato

1. O órgão competente para a decisão de contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta do contrato qual deve ser notificada ao adjudicatário, para aprovação, em simultâneo com a notificação da adjudicação, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As bases do contrato a celebrar para a execução da empreitada objeto do presente procedimento, serão estabelecidas atendendo aos elementos incluídos na memória descritiva e justificativa, no programa de procedimento, caderno de encargos e aos apresentados pelo adjudicatário, desde que aceites pela entidade adjudicante.
4. No caso de o adjudicatário ser um agrupamento de empresas, deverá constituir-se como consórcio externo em regime de responsabilidade solidária e entregar, até à data da assinatura do contrato, os documentos comprovativos dessa constituição.

Artigo 34.º

Reclamações da minuta do contrato

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de

obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos previstos nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o seu silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 35.º

Celebração do contrato

1. A outorga do contrato terá lugar nos 30 (trinta) dias úteis contados da data da aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão sobre eventual reclamação, mas nunca antes dos prazos estipulados no artigo 104.º do CCP.
2. Considerar-se-á aprovada a minuta se houver aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 05 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
3. O contrato é celebrado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data da última assinatura.
4. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
5. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
6. No caso referido no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada, devendo a adjudicação ser efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 36.º

Causas de não adjudicação

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, não há lugar a adjudicação, o que determina a revogação do ato de contratar, nas situações e nos termos previstos no artigo 79.º do CCP.
2. Não há ainda lugar à adjudicação quando:
 - a. A proposta apresentada seja considerada inaceitável por parte da entidade adjudicante;

- b. Quando se verifique qualquer uma das seguintes situações:
- A prestação de falsas declarações;
 - A falsificação de documentos;
 - A existência de fundado indício de conluio entre os proponentes;
 - Situação tributária e contributiva não regularizada ou falta de comprovação de que as mesmas se acham regularizadas, no país de origem.
3. Caso se verifique a não adjudicação, o concorrente é notificado da correspondente decisão e dos respetivos fundamentos.

Artigo 37.º

Caducidade da adjudicação

- A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - Não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado na respetiva notificação da decisão de adjudicação, ou da sua prorrogação;
 - Não apresentar os documentos de habilitação redigidos em língua portuguesa ou acompanhados da tradução devidamente legalizada, consoante os casos;
 - Não prestar a caução devida por facto imputável ao adjudicatário;
 - Não confirmar os compromissos, nos termos do artigo 92.º do CCP;
 - Falsificar de qualquer documento apresentado ou prestação culposa de falsas declarações;
 - A ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste;
 - Por facto que lhe seja imputável, não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe o prazo não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- Quando as situações previstas no n.º 1 do presente artigo, se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar conceder-lhe-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação e/ou para a supressão das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Ocorrendo a caducidade da adjudicação nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
5. A prestação de falsas declarações ou a apresentação de documentos falsificados, para além de determinar a anulação da adjudicação, implicará a responsabilidade civil e criminal dos seus autores.
6. A entidade responsável pelo procedimento comunica ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) a caducidade da adjudicação.

Artigo 38.º

Anulação do procedimento

A adjudicação considerar-se-á sem efeito quando, por facto imputável ao concorrente, se verifique qualquer uma das seguintes situações:

- a. Não apresentação da documentação que lhe seja exigida ao abrigo deste procedimento ou da lei;
- b. A prestação de falsas declarações ou a apresentação de documentos falsificados situação que, para além de determinar a anulação da adjudicação, implicará a responsabilidade civil e criminal dos seus autores.

Artigo 39.º

Despesas e encargos

Sem prejuízo do disposto no caderno de encargos relativamente a outros encargos do adjudicatário, são da conta deste último as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta, à celebração do contrato e, bem assim, os encargos de natureza fiscal, designadamente, as despesas derivadas da prestação de caucões e da emissão de seguros.

Artigo 40.º

Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos

1. Todos os prazos indicados no presente programa, cumprem o disposto no artigo 470º do CCP, ou seja, a contagem de prazos na fase de formação de contratos é feita nos seguintes termos:
 - a. O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades;
 - b. Não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
 - c. O prazo fixado suspende-se nos sábados, domingos e feriados;

- d. Na contagem dos prazos legalmente fixados em mais de seis meses, incluem-se os sábados, domingos e feriados;
 - e. É havido como prazo de um ou dois dias o designado, respetivamente, por 24 ou 48 horas;
 - f. O termo do prazo que coincida com dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte;
 - g. Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas e das soluções são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Artigo 41.º

Gestor do contrato

1. Para efetuar a gestão do contrato objeto do presente procedimento, com a adjudicação, será nomeado pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. O gestor do contrato deverá acompanhar permanentemente a execução do contrato, no sentido da promoção de um desempenho de qualidade.
3. O gestor poderá elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.
4. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão com competência para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Artigo 42.º

Dever de Colaboração

1. A entidade adjudicante, pode solicitar, por escrito, aos concorrentes quaisquer informações complementares que julgue necessárias para efeitos do disposto nas presentes normas.
2. Os concorrentes devem, por escrito, fornecer as informações no prazo razoável que lhes for fixado.

Artigo 43.º

Sigilo

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou

acesso no âmbito do presente concurso ou subsequentes procedimentos, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo ou dos procedimentos subsequentes.

Artigo 44.º

Proteção de dados pessoais

1. Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c) do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante RGPD), e exclusivamente para efeitos do presente procedimento e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrito, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais nomeadamente de identificação, CV's e informação relativa ao registo criminal relativos aos concorrentes/adjudicatário, incluindo dos seus representantes, titulares de órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea b) e c) do RGPD, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento, os concorrentes/adjudicatário irão proceder apenas ao tratamento de dados pessoais dos órgãos sociais e representantes da entidade adjudicante, que devem ser tratados de acordo com as imposições do RGPD e demais legislação de proteção de dados pessoais.
3. Os concorrentes, incluindo o adjudicatário, são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos titulares dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável.
4. Os concorrentes, incluindo o adjudicatário, têm o direito, em qualquer altura, de solicitar à entidade adjudicante, através de e-mail para geral@cascaisproxima.pt, o acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.

Artigo 45.º

Reserva de não adjudicação

A entidade adjudicante reserva-se no direito de não adjudicar, se entender que as propostas apresentadas não são vantajosas para a Cascais Próxima, E.M., S.A..

Artigo 46.º

Legislação aplicável

1. A Lei aplicável é a portuguesa.
2. Ao presente procedimento são aplicáveis as normas constantes do presente Programa de Concurso e do Caderno de Encargos.
3. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso, aplicar-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na versão em vigor e, subsidiariamente, nas demais disposições legislativas e regulamentares, nacional e comunitária aplicável, nos termos do artigo 280.º do CCP.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1. [...] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ [...] (denominação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por concurso público para a execução da ***empreitada de movimentações de terras, reparação de bases de pavimentos rodoviários e drenagem de águas pluviais -Lote x***, com a referência interna (CP003624), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
 - a) [...].
 - b) [...].
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que

não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[...] (local), [...] (data), [...] [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas e identificar os declarantes, de acordo com a forma de obrigar a sociedade.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP e acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. [...] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal ⁽¹⁾ de [...] (denominação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento por concurso público para a execução da **empreitada de movimentações de terras, reparação de bases de pavimentos rodoviários e drenagem de águas pluviais -Lote x)**, com a referência interna (CP003624), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
2. A declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[...] (local), [...] (data), [...] [assinatura(s) ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas e identificar os declarantes, de acordo com a forma de obrigar a sociedade.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”.

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º do Programa de Procedimento]

EMPREITADA POR SÉRIE DE PREÇOS

PROPOSTA (LOTE **X**)

[...] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ [...] (denominação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), com o capital social de [...], titular do Alvará do Empreiteiro de Obras Públicas [...] (indicar o número), contendo as autorizações [...] (indicar natureza e classe) ou do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas (ou, se for esse o caso do certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado) [...] (indicar o número), contendo as autorizações [...] (indicar natureza e classe), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público para a execução da **empreitada de movimentações de terras, reparação de bases de pavimentos rodoviários e drenagem de águas pluviais -Lote x**), com a referência interna (CP003624), declara que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar a referida empreitada, de harmonia com o caderno de encargos, até ao montante de 320.000,00 (trezentos e vinte mil euros), e pelos preços unitários constantes da **lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante (Anexo III - A)**.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor (IVA em autoliquidação).

Mais se declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[...] (local), [...] (data), [...] [assinatura ⁽³⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas e identificar os declarantes, de acordo com a forma de obrigar a sociedade.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”

⁽³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III – A

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º do Programa de Procedimento]

LISTA DE PREÇO UNITÁRIOS LOTE X

Nota 1:	Não constituindo este documento, uma descrição exaustiva das condições em que os trabalhos e fornecimentos deverão ser executados, deverá ser lido obrigatoriamente, tendo em conta o conjunto das Peças Desenhadas e Peças Escritas que constituem a consulta, assim como as cláusulas técnicas do Caderno de Encargos.				
Nota 2:	Os eventuais entulhos e lixos resultantes dos trabalhos executados durante o decorrer da obra, deverão ser removidos com regularidade, incluindo o transporte e depósito a vazadouro autorizado, bem como o cumprimento das especificações do Plano de Gestão de Resíduos.				
Nota 3:	Todas as denominações e marcas comerciais referidas servem unicamente para definir o nível de qualidade, acabamento e gama de materiais que se pretendem para a obra em questão, entendendo-se que serão possíveis outras do mesmo tipo ou equivalentes, desde que sejam aprovados pelo Dono de Obra e/ou Projetista.				
Nota 4:	Todos os preços, tanto unitários como totais, deverão ser arredondados a duas casas decimais.				
Código	Descrição	Un	Qt	Pr. Unit	Ponderação (α)
1	TRABALHOS PREPARATÓRIOS				
1.1	<p>Estaleiro e custos operacionais, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro; - Vedação da totalidade da área de intervenção, com baias, painéis de rede amovíveis ou tapumes conforme a necessidade de segurança e operacionalidade dos trabalhos; - Execução de todos os trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, nomeadamente marcações, cones, separadores de via em plástico e/ou betão e acessos provisórios, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas; - Execução de trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar; - Aplicação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) de acordo com o Decreto-Lei nº 46/2008 e conforme indicação do projeto, respetiva adaptação contínua à realidade da obra, nomeadamente a retificação de quantidades e classificação dos resíduos obtidos, procedendo ao seu registo e entrega à Fiscalização de comprovativos previstos pela lei; - Aplicação de Plano de Segurança e Saúde (PSS) conforme indicação do projeto, respetiva adaptação contínua à 				

	realidade da obra, nomeadamente ao preenchimento periódico de tabelas, procedendo ao seu registo e entrega à Fiscalização de comprovativos previstos pela lei; - Limpeza final e geral da área de intervenção.				
1.1.1	Intervenções até 5 dias úteis	un	1,00		87/958
1.1.2	Intervenções entre 6 a 20 dias úteis	un	1,00		163/519
1.1.3	Intervenções entre 21 a 60 dias úteis	un	1,00		163/519
1.1.4	Intervenções superiores a 60 dias úteis	un	1,00		27/134
1.2	Execução de sondagens para reconhecimento de cabos e canalizações existentes, em escavação manual e cuidadosa, incluindo todos os trabalhos necessários.	m3	1,00		27/134
1.3	Elaboração e implementação de projeto de Ocupação de Via Pública (OVP)	un	1,00		87/958
1.4	Fornecimento de telas finais dos trabalhos realizados em cópia e suporte informático, incluindo "croquis", se necessário.	un	1,00		87/958
2	DEMOLIÇÕES E MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS				
Nota:	Os volumes de escavação, aterro, transportes e depósitos serão calculados pela medição em projeto ou levantamento topográfico, não sendo considerado os empolamentos resultantes de carga e transporte				
2.1	Desmatação, incluindo derrube de árvores, desenraizamento, limpeza do terreno.	m2	1,00		87/958
2.2	Decapagem na linha de terra vegetal com a espessura média de 0.30m.	m2	1,00		87/958
2.3	Escavação em plataforma, excluindo transporte a vazadouro e incluindo todos os restantes trabalhos necessários:				
2.3.1	Escavação em terra consolidada.	m3	1,00		163/519
2.3.2	Escavação em rocha.	m3	1,00		163/519
2.3.3	Escavação em bases de pavimentos para saneamento (abertura de caixa) em terra consolidada.	m3	1,00		163/519
2.3.4	Escavação em bases de pavimentos para saneamento (abertura de caixa) em rocha.	m3	1,00		163/519
2.4	Escavação em vala, excluindo transporte a vazadouro e incluindo todos os restantes trabalhos necessários:				
2.4.1	Escavação em terra consolidada.	m3	1,00		27/134
2.4.2	Escavação em rocha.	m3	1,00		87/958
2.5	Aterro, incluindo espalhamento, rega e compactação em camadas dos materiais provenientes de escavação:				
2.5.1	Em plataforma.	m3	1,00		87/958
2.5.2	Em vala.	m3	1,00		87/958
2.6	Aterro de valas com areão na camada de proteção da tubagem e restantes camadas em agregados britados de granulometria extensa, incluindo e rega e compactação.	m3	1,00		27/134
2.7	Carga, transporte e depósito de terras ou resíduos a operador de gestão de resíduos autorizado ou local de aterro (caso aplicável), incluindo todos os trabalhos e custos necessários:				

2.7.1	A vazadouro da CMC ou obra.	m3	1,00		87/958
2.7.2	A vazadouro autorizado de terras e RCD.	m3	1,00		27/134
2.7.3	Resíduos com código LER 17 01 01 - Betão	m3	1,00		87/958
2.7.4	Resíduos com código LER 17 02 03 - Plástico	m3	1,00		87/958
2.8	Fornecimento de terras de empréstimo para aterros, incluindo transporte e descarga.	m3	1,00		27/134
2.9	Arranque de calçada rodoviária em cubos/paralelepípedos de calcário, granito ou betão, incluindo carga e transporte, para depósito fora do local da obra para futuro reaproveitamento.	m2	1,00		87/958
2.10	Demolição em forma de placas de pavimentos existentes em betão betuminoso.	m2	1,00		27/134
2.11	Fresagem e limpeza de pavimento betuminoso, incluindo todos os trabalhos necessários para a realização de engates do novo pavimento com o pavimento existente.	m2	1,00		27/134
2.12	Demolição em forma de placas de pavimentos existentes, até 30 cm de espessura, em betão armado.	m2	1,00		27/134
3	BASES DE PAVIMENTOS				
3.1	Fornecimento e aplicação de camadas granulares com características de base e sub-base em agregado britado de granulometria extensa incluindo rega e compactação:				
3.1.1	Com 0,20 m de espessura após compactação.	m2	1,00		27/134
3.1.2	Com 0,30 m de espessura, executado em camadas de 0,15 m de espessura após compactação.	m2	1,00		27/134
3.2	Fornecimento e aplicação de camadas granulares com características de base e sub-base em agregado britado de granulometria extensa incluindo ligante de cimento, rega e compactação:				
3.2.1	Com 0,20 m de espessura após compactação.	m2	1,00		87/958
3.2.2	Com 0,30 m de espessura, executado em camadas de 0,15 m de espessura após compactação.	m2	1,00		87/958
3.3	Fornecimento e aplicação de camada drenante com 0,15 m de espessura média de brita 3, após compactação, confinada na sua parte superior e inferior por geotextil, incluindo compactação e todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento.	m2	1,00		87/958
4	DRENAGEM PLUVIAL				
4.1	Fornecimento e aplicação de colector de rede pluvial em tubo PP corrugado classe SN8, incluindo todos os demais trabalhos e acessórios necessários a um perfeito acabamento:				
4.1.1	DN 250 mm	m	1,00		27/134
4.1.2	DN 315 mm.	m	1,00		27/134
4.1.3	DN 400 mm.	m	1,00		27/134
4.1.4	DN 500 mm.	m	1,00		27/134
4.1.5	DN 800 mm.	m	1,00		87/958
4.1.6	DN 1000 mm.	m	1,00		87/958
4.1.7	DN 1200 mm.	m	1,00		87/958

4.2	Execução de colector em manilha de betão não armado, incluindo fornecimento, transporte e montagem, incluindo todos os demais trabalhos e acessórios necessários a um perfeito acabamento:				
4.2.1	DN 300 mm.	m	1,00		87/958
4.2.2	DN 400 mm.	m	1,00		87/958
4.2.3	DN 500 mm.	m	1,00		87/958
4.2.4	DN 600 mm.	m	1,00		27/134
4.2.5	DN 800 mm.	m	1,00		27/134
4.2.6	DN 1000 mm.	m	1,00		163/519
4.3	Execução de coletor em manilha de betão armado, incluindo fornecimento, transporte e montagem, incluindo todos os demais trabalhos e acessórios necessários a um perfeito acabamento:				
4.3.5	DN 800 mm.	m	1,00		87/958
4.3.6	DN 1000 mm.	m	1,00		163/519
4.3.7	DN 1200 mm.	m	1,00		163/519
4.3.8	DN 1500 mm.	m	1,00		27/134
4.4	Caixas de Visita e de Inspeção				
4.4.1	Execução completa de caixas de visita, compostas por anéis e tronco de cone de betão pré-fabricado, incluindo escavação, reposição de terras, betão na soleira, regularização do fundo, degraus metálicos com proteção anticorrosiva chumbados aos elementos pré-fabricados, fornecimento, colocação de tampa maciça em FFD classe D400 com inscrição, e todos os demais trabalhos acessórios e complementares:				
4.4.1.1	De 1,00 até 2,00 m de altura e Diam. 1,00 m	un	1,00		163/519
4.4.1.2	De 2,00 até 3,00 m de altura e Diam. 1,25 m	un	1,00		163/519
4.4.1.3	De 3,00 até 4,00 m de altura e Diam. 1,25 m	un	1,00		87/958
4.4.2	Caixas de inspeção ou passagem com secção quadrada, com fundos encaminhados, soleira em betão, reboco interior, tampa hermética em FFD da classe D400 com inscrição, aros e todos os trabalhos necessários:				
4.4.2.1	Com 50x50 cm	un	1,00		163/519
4.4.2.2	Com 60x60 cm	un	1,00		27/134
4.3	Elementos de captação e encaminhamento de águas pluviais				
4.3.1	Fornecimento e assentamento de sumidouros com grelha em FFD da classe D400, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares, nomeadamente trabalhos de ligação às caixas de visita existentes ou novas.	un	1,00		163/519
4.3.2	Fornecimento e assentamento de caleira em betão polímero de dimensão L=200mm, H 150mm, com sistema anti-roubo e bastidor em ferro fundido, incluindo grelha em FFD da classe D400, fundação em betão pobre, ligação de respetivo ramal à rede e todos os acessórios e trabalhos necessários ao perfeito acabamento.	m	1,00		87/958

4.3.3	Execução de valeta triangular de betão de largura até 0,7m, incluindo abertura de vala superficial, materiais inerentes e todos os trabalhos inerentes de acordo com pormenor construtivo.	m	1,00		87/958
4.3.4	Substituição de tampas de caixas de visita incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento.	un	1,00		27/134
4.3.5	Substituição de grelhas dos sumidouros incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento.	un	1,00		27/134
4.3.6	Recuperação e limpeza de caixas de visita existentes e acerto das tampas às novas cotas do pavimento, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares.	un	1,00		163/519
4.3.7	Recuperação e limpeza dos sumidouros existentes e acerto das grelhas às novas cotas do pavimento, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares.	un	1,00		163/519

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor (IVA em autoliquidação).

[...] (local), [...] (data), [...] [assinatura ⁽¹⁾].

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO SOBRE AMBIENTE, QUALIDADE, HIGIENE E SEGURANÇA

[a que se refere a alínea f) do n.º 2 do artigo 14.º do Programa de procedimento]

[...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional) e [...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional), na qualidade de representante(s) legal(ais) ⁽¹⁾ da [...] (nome ou denominação social, número único de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, nomes ou denominações sociais, números únicos de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos, projeto-base e normativos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por concurso público para a execução da **“empreitada de movimentações de terras, reparação de bases de pavimentos rodoviários e drenagem de águas pluviais -Lote x)**, com a referência interna (CP003624), declara sob compromisso de honra:

1. Que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a cumprir as normas técnicas e as Boas Práticas em matéria de Ambiente, Qualidade, Higiene e Segurança, designadamente, as estabelecidas pela legislação nacional e comunitária, pelas autoridades do setor, pela Cascais Próxima, E.M., S.A. e pela comunidade em geral, por forma a garantir a segurança de pessoas e bens.
2. Que a sua representada garantirá o cumprimento do disposto no número anterior por quaisquer seus representantes, mandatários, agentes e/ou subcontratados.

[... (local), ... (data), ... (assinatura) ⁽³⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”;

⁽³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHADORES IMIGRANTES

[a que se refere a alínea g) do n.º 2 do artigo 14.º do Programa de procedimento]

1. [...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional) e [...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional), na qualidade de representante(s) legal(ais) ⁽¹⁾ da [...] (nome ou denominação social, número único de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, nomes ou denominações sociais, números únicos de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sedes), a solicitação da [...], nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, aditado pela Lei n.º 29/2012, de 9 de Agosto, declaram, por sua honra, que o pessoal que a sua representada ⁽²⁾ trás ao seu serviço cumpre todas as obrigações decorrentes da lei relativamente a trabalhadores imigrantes contratados, nomeadamente no que respeita à entrada e à permanência ou residência, para efeitos de trabalho em Portugal, mais se obrigando a fazer prova do que declara logo que para tal seja instado pela entidade adjudicante ou por qualquer autoridade.

[... (local), ... (data), ... (assinatura) ⁽³⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”;

⁽³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO AO ABRIGO DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

[a que se refere a alínea h) do n.º 2 do artigo 14.º do Programa de procedimento]

1. ([...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional) e [...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional), na qualidade de representante(s) legal(ais) ⁽¹⁾ da [...] (nome ou denominação social, número único de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, nomes ou denominações sociais, números únicos de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sedes),], adjudicatário(a) na sequência do procedimento por concurso público para a execução da empreitada de obras públicas para a por concurso público para a execução da ***empreitada de movimentações de terras, reparação de bases de pavimentos rodoviários e drenagem de águas pluviais -Lote x)***, com a referência interna **(CP003624)**, declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada cumpre a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e de privacidade, incluindo o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (“RGPD”), e que em particular:
- a. Assegura que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade de acordo com o RGPD;
 - b. Assegura que o serviço a contratar adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;
 - c. Apresenta capacidade de prestar a assistência necessária à Cascais Próxima, E.M., S.A., no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados;
 - d. Garante a implementação de mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
 - e. Assegura capacidade para nos termos da alínea g) do artigo 28º do RGPD, apagar ou devolver todos os dados pessoais à entidade Cascais Próxima, E.M., S.A. consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços relacionado com o tratamento;

- f. Disponibiliza as informações necessárias para demonstrar o cumprimento com o RGPD, nos termos do artigo 28º do RGPD, e que se demonstre disponível, caso seja necessário, para contribuir e colaborar com as auditorias ou inspeções conduzidas pela Cascais Próxima, E.M., S.A., ou por outra entidade por esta mandatada.
2. Os declarantes têm pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... (assinatura) (3).

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”;

(3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À RESPONSABILIDADE SOCIAL

[a que se refere a alínea i) do n.º 2 do artigo 14.º do Programa de procedimento]

1. [...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional) e [...] (nome, número de documento de identificação e data de validade e morada ou domicílio profissional), na qualidade de representante(s) legal(ais) ⁽¹⁾ da [...] (nome ou denominação social, número único de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, nomes ou denominações sociais, números únicos de matrícula e de pessoa coletiva, capital social e sedes), declara (m) sob compromisso de honra, que a sua representada, que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:
- a. Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
 - b. Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
 - c. Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
 - d. Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
 - e. Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
 - f. Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
 - g. Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
 - h. Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
 - i. Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
 - j. Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a [•] venha a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;

- k. Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j));
 - l. Informar a [•] de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
 - m. Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.
2. Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

[... (local), ... (data), ... (assinatura) ⁽³⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “sua representada”;

⁽³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.